

Proibição de próteses no Inamps afeta 9 mil

Médico teme que doentes com tratamento suspenso tenham problemas psicológicos no futuro

Nove mil doentes, parte dos quais em plena fase de recuperação, serão prejudicados pela recente portaria do Inamps que proíbe a implantação de próteses em segurados pelo Instituto. A denúncia é do médico Juarez Moraes Avelar, diretor de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina e presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

"A proibição do Inamps está impedindo não apenas a recuperação física, mas também psicológica dos pacientes", diz ele. A partir de agora a mulher que se submeter a uma mastectomia, perdendo um seio, não poderá colocar uma prótese no lugar. Da mesma forma, quem sofrer queimadura grave e perder a pele do rosto, estará condenado a ficar o resto da vida com cicatrizes.

A Portaria do Inamps foi publicada dia 29 de novembro, mas Avelar preferiu fazer uma pesquisa entre os cirurgiões plásticos — há 1.700 deles no Brasil — para ter os dados numéricos que pretende levar como argumento ainda esta semana para Brasília.

As respostas recebidas até agora indicam que cada médico tem em média seis pacientes precisando de próteses. O problema mais grave diz respeito às próteses de expansão de tecido, vitais para a recuperação de queimaduras graves. Nesses casos, o médico implanta uma peça de silicone sob a pele de uma área do corpo não atingida pela queimadura e faz com que ela se expanda. Para isso, a cada semana, injeta um pouco de água dentro do silicone, aumentando seu volume e esticando o tecido, até que seja possível dispor de um pedaço de pele sadia de tamanho suficiente para recobrir a queimadura.

Na pesquisa, alguns médicos relataram casos de pacientes que estavam em pleno tratamento de expansão da pele e que foram interrompidos com a decisão do Inamps. Eles temem que, sem a eliminação da deformidade, os pacientes serão afetados psicologicamente. O mesmo drama afeta quem teve braço ou perna amputados e que agora não mais poderá contar com um membro artificial.

O Inamps alega que a proibição visa conter gastos. Entretanto, se um membro artificial é realmente caro, confirma Moraes Avelar, a maioria das próteses usadas são peças de silicone, cujo custo é baixo se for considerado o grande benefício que traz ao paciente.